

## EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, EXIGÊNCIAS DA OCUPAÇÃO E RENDIMENTOS DO TRABALHO NO BRASIL

**Mauricio Cortez Reis**

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. *E-mail:* <mauricio.reis@ipea.gov.br>.

**Marina Aguas**

Analista da Coordenação de Trabalho e Rendimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *E-mail:* <marina.aguas@ibge.gov.br>.

Este texto tem como objetivo analisar como a incompatibilidade entre a necessidade de educação profissional na ocupação e a conclusão de um programa desse tipo por parte do trabalhador está relacionada com os rendimentos do trabalho no Brasil. Para isso, são combinados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2007 e da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) de 2010.

Os programas de educação profissional disponíveis no Brasil se dividem em três tipos: *i)* qualificação profissional; *ii)* técnico de nível médio; e *iii)* graduação tecnológica. Os cursos de qualificação profissional pretendem oferecer treinamento para o exercício de uma atividade profissional e são oferecidos em escolas e outras instituições, tendo, geralmente, curta duração, poucas exigências em termos de educação formal e qualidade muito heterogênea. Os cursos técnicos de nível médio, por sua vez, têm regras específicas e um programa bem definido, e apenas instituições credenciadas pelo governo podem oferecê-los. A proposta também é ofertar treinamento específico para desempenhar certas tarefas exigidas na ocupação, podendo ser realizado integrado ou após a conclusão do ensino médio. A análise neste trabalho é restrita a esses dois tipos de curso de educação profissional.

As evidências indicam efeitos positivos dos programas de educação profissional, mas que dependem das necessidades da ocupação. O fato de uma ocupação requerer curso de qualificação profissional está associado a rendimentos 13% mais elevados. Para os indivíduos nesse tipo de ocupação que não concluíram um programa de qualificação profissional, porém, esse benefício se reduz à metade. Em relação aos cursos

técnicos de nível médio, os resultados indicam que as remunerações em ocupações com necessidade desse tipo de qualificação são cerca de 30% mais altas do que as demais, mas os benefícios para os que não possuem a qualificação exigida correspondem a menos da metade do recebido pelo trabalhador com curso técnico de nível médio completo.

Esses resultados sugerem que o deficit de qualificação, que é representado aqui tanto em termos de programas de qualificação profissional quanto de cursos técnicos de nível médio, pode limitar o desempenho no mercado de trabalho. Os resultados também mostram que ambos os tipos de educação profissional são associados a rendimentos mais elevados mesmo em ocupações que não exigem essas qualificações, ressaltando a importância de programas desse tipo. É preciso mencionar, porém, que os resultados apresentados neste estudo devem ser vistos com cautela. Parte dos diferenciais estimados pode ser resultado de um processo de seleção dos trabalhadores com base em características não observadas, caso trabalhadores com melhores características produtivas sejam mais propensos a realizar programas de educação profissional. É possível também que as próprias condições dos trabalhadores como sobre ou subqualificados estejam relacionadas com essas características produtivas não observadas.

Embora sejam necessários mais estudos para identificar os impactos dos programas de educação profissional sobre os rendimentos no mercado de trabalho, os resultados aqui apresentados sugerem uma ineficiência associada aos programas de educação profissional. A incidência de desajustes entre a formação profissional dos trabalhadores brasileiros e a necessidade desse

tipo de qualificação nas ocupações é bastante elevada. Isso é resultado, em parte, da pequena proporção de trabalhadores no Brasil que concluíram cursos de qualificação profissional ou cursos técnicos de nível médio. Também contribui para os resultados o fato de muitos trabalhadores completarem um curso de educação profissional, mas atuarem em uma ocupação em que esse tipo de qualificação não é considerado necessário. As evidências sugerem, portanto, que é importante aumentar a participação dos trabalhadores em programas de educação profissional, mas esse aumento deve acontecer em sintonia com as necessidades do mercado de trabalho.

SUMÁRIO EXECUTIVO